

CONTINUAMOS EM LUTA CONTRA UM GOVERNO DE DESTRUIÇÃO

Bolsonaro, Mourão, Guedes e os militares estão à frente de um governo de destruição, que retira das brasileiras e dos brasileiros as possibilidades de um futuro com qualidade de vida para todos e justiça social.

Em nome de recuperar as finanças públicas e melhorar as condições para investimentos da iniciativa privada, com a promessa de geração de empregos, esse governo implementa o congelamento por 20 anos dos gastos sociais, aprofunda a retirada de direitos trabalhistas e destrói a previdência pública. Mas os empregos não vieram, a economia continuou estagnada e, mesmo antes da pandemia, no primeiro trimestre de 2020, 12,9 milhões de brasileiras e brasileiros sofriam com o drama do desemprego¹. Além dessa imensa quantidade de desempregados, 36,8 milhões possuíam empregos informais, com baixos rendimentos e sujeitos a degradantes relações de exploração sob o comando, por exemplo, das empresas de aplicativos.

Esse governo destrói vidas ao negar a ciência, a gravidade da covid-19 e se recusar a coordenar nacionalmente o combate à pandemia, com investimentos para testagem em massa da população, combinados a medidas eficazes de isolamento social. Em vez de defender a vida, transfere responsabilidades para estados e municípios, naturaliza as mais de 140 mil mortes, “vida que segue”, reduz para 300 reais o auxílio emergencial e fecha os olhos ao aumento da pobreza e da fome em nosso país. Vale lembrar que o auxílio emergencial proposto por Bolsonaro era de 200 reais. O valor de 600 reais somente foi aprovado por pressão dos movimentos sociais no Congresso Nacional, que impôs uma derrota ao Presidente.

Em recente discurso na assembleia-geral da ONU, Bolsonaro mentiu e manchou ainda mais a imagem brasileira internacionalmente, ao dizer que o auxílio emergencial pago foi de mil dólares em média a cada beneficiado. Essa conta não fecha! Mil dólares, em valores atuais, equivalem a R\$ 5.443,40, de acordo com o conversor de moedas do Banco Central. Se distribuisse essa quantia a 65 milhões de pessoas, o governo gastaria R\$ 353,8 bilhões. Mas o orçamento total do programa de auxílio emergencial é de R\$ 254,2 bilhões, com mais R\$ 67,6 bilhões referentes a um crédito extraordinário, totalizando R\$ 321,8 bilhões. Ou seja, faltariam R\$ 31 bilhões para pagar a conta caso Bolsonaro tivesse de fato dado o equivalente a mil dólares para cada beneficiário².

Ele continuou mentindo, ao acusar os indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais que vivem na Amazônia de praticarem incêndios na floresta. Um estudo divulgado pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)³ contraria a fala do presidente. A análise técnica de dados de satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e da agência espacial norte-americana (Nasa) indicou que 34% dos focos de calor registrados em 2019 eram de fogo em áreas recém-desmatadas. Outros 36% foram identificados com o

¹ Fonte:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27708-desemprego-aumentado-em-12-estados-no-primeiro-trimestre>

² Fonte:

<https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/cheamos-o-discurso-de-bolsonaro-na-assembleia-geral-da-onu/>

³Fonte:

<https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2020/08/NT5-pt-final.pdf>

objetivo de manejo agropecuário, e 30% correspondiam a incêndios em áreas florestais. O mesmo estudo também indica que o percentual de focos de calor em terras indígenas (11%) é bem menor do que o registrado em imóveis rurais (60%).

Para abrir caminho ao agronegócio, totalmente voltado para exportação de carne e de grãos, o governo participa da destruição do meio ambiente, afrouxando os mecanismos de fiscalização e de proteção das florestas, das áreas de preservação e das terras dos povos indígenas e quilombolas. E a Amazônia e o Pantanal queimam para se abrir pastagens! O preço de alimentos básicos para mesa do nosso povo, como o arroz e o feijão, atingem preços injustificáveis, mas explicados por um governo que estrangula a agricultura familiar e deixa nossas matas queimarem em benefício do agronegócio.

Esse governo quer destruir a Escola Pública e entregar a Educação, como mercadoria, para ser vendida por organizações da iniciativa privada. Ano a ano, retira recursos da Educação. Para o orçamento de 2021, ainda que o montante total tenha ficado quase inalterado, depois de profundos cortes em 2019 e 2020, serão retirados mais 1 bilhão e 900 milhões de reais⁴. Isso significa falta de recursos para custear o funcionamento diário das Instituições Públicas de Ensino, o que envolve a alimentação e a assistência estudantil, o pagamento das despesas com água e energia elétrica, compra de materiais de limpeza e de suporte para as aulas, enfim, a base material para que as escolas funcionem. O ponto de chegada pretendido por esse governo destruidor é o fechamento de instituições de excelência como o CEFET-MG e a transferência dos recursos públicos para as empresas educacionais que serão as responsáveis pela oferta da Educação, sob a lógica do lucro e da acumulação de riquezas.

Mas esse governo não quer apenas destruir a Escola Pública. Seu programa ultraneoliberal almeja a destruição do serviço público. Para isso, quer acabar com a estabilidade do servidor público e subordinar a contratação de pessoal e a prestação de serviços públicos aos interesses imediatos do governante eleito, a cada quatro anos. As políticas públicas serão descontinuadas a cada eleição, os serviços serão precarizados com o rebaixamento de salários e alta rotatividade dos servidores. Com a Contrarreforma Administrativa, que hoje tramita no Congresso Nacional, o governo poderá celebrar contratos de gestão e instrumentos de cooperação com empresas para a prestação dos serviços, que deixarão de ser públicos.

Direitos sociais, consagrados pela Constituição de 1988, serão convertidos em mercadoria. Para ter acesso à saúde e à educação, a sociedade terá que pagar. E quem não puder pagar será atendido por empresas contratadas ou organizações sociais “parceiras”, que receberão os recursos públicos para prestar serviços sociais precários, por serem ofertados a partir de uma lógica empresarial, regida pela exploração do trabalho e obtenção de lucro.

Contra esse governo de destruição, continuamos em luta! Foi por meio da luta organizada da sociedade que, contra a vontade de Bolsonaro e Guedes, o FUNDEB foi transformado em um fundo constitucional permanente de financiamento da Educação, barrando, ainda que parcialmente, esse ímpeto governamental de destruição do serviço e do patrimônio público.

⁴ Fonte:

<https://www.extraclasse.org.br/educacao/2020/09/governo-propoe-orcamento-do-mec-quase-inalterado-para-2021-em-r-1445-bilhoes/>

Continuamos na resistência e chamamos para a luta, que acontecerá neste 30 de setembro, quando a sociedade e os servidores públicos dirão não à Contrarreforma Administrativa (PEC 32/2020)! Mais do que nunca, é hora de organizarmos uma força coesa de servidores públicos municipais, estaduais e federais e, juntos, dialogarmos com a sociedade e pressionarmos o parlamento para impedir a aprovação da PEC 32/2020, que decretará o fim do serviço público.

Este 30/09 é Dia de Luta em Defesa dos Serviços Públicos, das Empresas Públicas e Estatais.

Vem pra luta!

Sindicato dos Docentes do CEFET-MG.

Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino.

Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico.

Conselho Central de Grêmios do CEFET-MG.



SINDIFES
UFMG | CEFET-MG | UFVJM | IFMG
FASUBRA | CUT

